


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010934-98.2014.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Jaqueline Moura da Silva**
 Requerido: **FUNGOTA (Fundação Municipal Irene Siqueira Alves - Vovó Mocinha),
 Responsável pela Maternidade Gota de Leite Araraquara e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Zanini Maciel**

Vistos.

JAQUELINE MOURA DA SILVA, qualificada nos autos, ajuizou *ação de indenização por danos morais, materiais e estéticos* em face de **FUNDAÇÃO MUNICIPAL IRENE SIQUEIRA ALVES "VOVÓ MOCINHA" - MATERNIDADE GOTA DE LEITE DE ARARAQUARA (FUNGOTA) e CINTIA RODRIGUES MAGRO**, também qualificados, alegando, em síntese, que, em 08/04/2014, encontrando-se grávida e sentindo dores abdominais, deslocou-se à Maternidade Gota de Leite, administrada pela primeira ré, e foi dispensada pelo médico plantonista, sem qualquer exame mais apurado, sob a alegação de houve escorrimento vaginal, porém, horas depois, com o aumento das dores, teve que retornar para lá e a codemandada a internou por apresentar oligoâmnio, para recuperação do líquido amniótico, ao invés de salvar a criança por meio de uma cesariana, bem como que, deixada sozinha debaixo do chuveiro para controle da febre e diminuição das dores, o feto foi expelido do útero já morto, tendo a negligência do atendimento prestado causado o óbito e agravado o seu estado de saúde por conta das infecções ali adquiridas, pela qual se submeteu à internação por meses e a dezenas de procedimentos de hemodiálise, com o que suportou sofrimento intenso, requerendo, assim, a condenação delas ao pagamento de indenização por danos materiais, morais e estéticos, no importe de R\$ 125.000,00 para cada tipo de prejuízo, mais a prestação de assistência financeira sob a forma de pensão mensal vitalícia no valor de R\$ 500,00. Com a inicial, emendada às págs. 136/140, vieram procuração e documentos de págs. 31/132 e 141.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pessoalmente citada (pág. 158), a segunda ré ofereceu contestação (págs. 159/176), acompanhada de instrumento de mandato e documento de págs. 177/178, arguindo, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva. No mérito, sustentou, em resumo, que adotou a conduta terapêutica regular, com a internação da autora e requisição de exames de sangue e ultrassonografia, cujos resultados ficaram prontos após o fim de seu plantão, ficando a cargo do próximo plantonista as ações a serem tomadas, e que não era caso de cesárea devido à idade gestacional, tendo ocorrido provável rompimento de bolsa em relação ao qual nada havia a ser feito, sendo que não realizou o primeiro atendimento questionado, nem estava presente no hospital quando do parto espontâneo, e não houve qualquer dano a ser indenizado, com final postulação de extinção do feito e, subsidiariamente, de improcedência da demanda.

Já a codemandada, também citada de forma pessoal (pág. 156), ofertou igual resposta às págs. 297/320, instruída com a documentação de págs. 321/411, em que aduziu, em suma, que a demandante não realizou o pré-natal corretamente, por constar apenas uma consulta ginecológica após cerca de 20 semanas de gestação, e estava com leucocitose e toxoplasmose, o que pode ter gerado a amniorrexe prematura e oligoâmnio, originados em momento posterior ao atendimento inicial, no qual não há registro de reclamação de dores abdominais, nem apresentava quadro clínico que justificasse a internação, pelo que recebeu alta com orientação, assim como que retornou no dia seguinte alegando algia na região lombar e baixo ventre e perda de líquido e sangue via vagina, verificada 13 horas antes, quando então se fez necessária a internação, porém houve a evolução rápida do quadro infeccioso, não gerada em decorrência desta ou por culpa de seus servidores, que resultou em corioamnionite e expulsão do feto morto enquanto tomava banho, tendo sido assistida pelas equipes médica e de enfermagem no momento do parto, as quais agiram de acordo com a conduta exigida, e, depois, transferida para hospital de referência para tratar a leucocitose e a septicemia, onde permaneceu internada por menos de um mês, de modo que não houve erro médico ou falha no serviço prestado, defendendo a inexistência de prova dos prejuízos alegados e pugnando, por fim, pela improcedência da demanda.

Seguiu-se a apresentação de réplicas (págs. 415/443), pelas quais foram contrariados os termos das defesas formuladas, e foi, então, excluído da lide o Município de Araraquara, em virtude do acolhimento da ilegitimidade passiva arguida em sua contestação (págs. 179/296), com a redistribuição do feito para este juízo (pág. 444) e, diante do retorno determinado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para a vara de origem (pág. 450), subsequente suscitação de conflito negativo de competência (pág. 452), definindo-se a competência deste juízo (págs. 488/492), após o que as partes foram instadas a especificarem provas (pág. 506) e se manifestaram às págs. 508, 509/510 e 511/512.

Saneado o feito, deferiu-se a produção de prova pericial (pág. 513), cujo laudo encontra-se às págs. 551/558, sobre os quais as partes se pronunciaram às págs. 561/563, 564 e 565/581, e foi designada, na sequência, audiência de instrução (págs. 585 e 591), na qual se colheu o depoimento pessoal da parte ré, bem como foram inquiridas quatro testemunhas arroladas pela autora e outras três indicadas pelas demandadas (pág. 620 e 625/673), tendo as litigantes, por último, oferecido alegações finais através dos memoriais de págs. 676/688, 691/695 e 698/703, reiterando basicamente seus anteriores argumentos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Rejeito, de início, a questão preliminar de ilegitimidade passiva arguida na contestação ofertada pela segunda ré, porquanto a demandante lhe imputa a prática de conduta ilícita que teria concorrido para a superveniência dos danos cuja reparação almeja, a conferir-lhe, *in statu assertionis*, qualidade para responder à demanda, guardando a matéria suscitada com tal destaque pertinência com o mérito.

Nesta seara, não procedem as pretensões deduzidas pela autora, uma vez que não restou caracterizada a ocorrência de vício nos serviços prestados pela parte demandada suscetível de ensejar a irrupção da responsabilidade civil invocada.

Com efeito, o contexto probatório emergente dos autos não permite reconhecer a verificação do erro médico ou da falha do atendimento hospitalar narrados na petição inicial, não tendo se configurado qualquer ação culposa dos réus na condução do tratamento dispensado à demandante, certo que a responsabilidade pessoal de profissional que tal, na forma prevista no art. 14, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor, é subjetiva e a culpa, neste particular, não se presume.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim é que a perícia produzida encerra constatação de que inexistiu incorreção nos procedimentos adotados, apurando que não haviam sinais de rotura de membrana ovular ou presença de odor genital que inviabilizasse a liberação da paciente no atendimento inicial fornecido e que a conduta subsequente de internação implementada pela médica-demandada foi regular diante do panorama então apresentado, bem como associando a morte fetal à toxoplasmose ativa na gestante e à prematuridade extrema, desencadeada por quadro infeccioso já instalado, não sendo indicada nesta situação a realização de cesárea, de modo que tal óbito e o agravamento do estado de saúde da autora não podem ser atribuídos à terapia empregada.

Nada há nos autos que infirme a conclusão pericial, a qual se apresenta bem fundamentada e está amparada em critérios seguros de análise, baseados em exames específicos, subsistindo íntegro o seu vigor à míngua de impugnação consistente, dispensada, aliás, a complementação outrora postulada pela demandante em face da suficiência dos elementos já reunidos para elucidação do cenário fático pertinente.

Cabe ponderar, a propósito, que a prova oral colhida não se presta a tanto, eis que os depoimentos prestados por Lucas Ferraz Fiocco, Maria Aparecida Moura Loreto, Larissa Galdino da Silva e Suzana Aranda não bastam para respaldar a versão autoral neste particular, por se restringirem a reproduzir, substancialmente, a narrativa da demandante sobre os procedimentos ocorridos no âmbito da maternidade, por eles não testemunhados, razão pela qual, ainda que as declarações fornecidas pela representante da primeira ré e por Ademir Roberto Sala, Natália Mazzi e Eduardo Venerando da Silva também padeçam de idêntica limitação pelo envolvimento tênue na sua execução, não autorizam a admissão da imperfeição dos serviços implementados.

Assim sendo, descabe cogitar-se da obrigação de indenizar atribuída à médica-demandada, assim como, não demonstrado vício algum na atividade desenvolvida, daquela imputada à corré, à luz do disposto no art. 14, § 3º, inc. I, do referido Código.

Neste cenário, não evidenciada a prestação de serviço defeituoso, conclui-se que a parte demandada não possui responsabilidade pelos prejuízos alegados pela autora, a dispensar a apreciação da sua efetiva existência e dimensão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos veiculados na demanda indenizatória proposta por *Jaqueline Moura da Silva* em face de *Fundação Municipal Irene Siqueira Alves "Vovó Mocinha" - Maternidade Gota de Leite de Araraquara (FUNGOTA)* e *Cintia Rodrigues Magro*.

Em razão da sucumbência, condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, reembolsando, inclusive, aquelas eventualmente suportadas pela parte ré devidamente corrigidas, desde a data do seu desembolso, pelos índices previstos na Tabela Prática pertinente do E. Tribunal de Justiça do Estado, bem como de honorários advocatícios, arbitrados, observado o disposto no art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil, para cada banca de advocacia que assiste às demandadas, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizável pelos mesmos indexadores a contar da data da prolação desta decisão, ficando suspensa a exigibilidade destas verbas, todavia, enquanto não implementada a condição prevista no art. 98, § 3º, do mesmo Código, por força dos benefícios da assistência judiciária gratuita outrora deferidos (pág. 133).

P.I.

Araraquara, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**